

REPRESENTAÇÃO E MATÉRIA: O ESTATUTO DO REAL E DA REALIDADE PSÍQUICA DO DESEJO INCONSCIENTE EM FREUD¹

(Representation and Matter: The Functioning of the Real and the Psychic Reality of the Unconscious Desire in Freud)

Clovis Eduardo Zanetti

Psicólogo (Hospital do Coração-Londrina).

Mestre em Epistemologia da Psicanálise pela UFSCar (CNPq).

Professor da Pós-graduação – Especialização/Psicanálise – UNIDERP.

Resumo: Por meio de uma gênese conceitual, o artigo tem por objetivo elucidar o estatuto do real e da realidade psíquica do desejo inconsciente na metapsicologia freudiana. Pretende demonstrar que a originalidade desses conceitos encontra-se na problematização de um conceito de matéria em Freud, decorrente de sua referência a Stuart Mill, no ponto de partida da construção de um aparelho psíquico clinicamente correlacionado. O que permite verificar, sobretudo, o laço indissociável existente entre corpo e representação na constituição do “psíquico verdadeiramente real”, bem como da “realidade psíquica” do desejo inconsciente que é “uma forma particular de existência” do primeiro.

Palavras-chave: Corpo, Representação, Matéria, Aparelho Psíquico, Realidade.

Abstract: Through of a conceptual genese the paper has for objective to elucidate the statute of the real and the psychic reality of the unconscious desire in the freudian metapsychology. It intends to demonstrate that the originality of these concepts is in the problematic of a concept of matter in Freud, decurrent of its reference to Stuart Mill, in the start point of the construction of a psychic apparatus clinically correlated. What allows to verify, over all, the indissoluble bow existent between body and representation in the psychic constitution of the “psychic true real”, as well as, of the “psychic reality” of the unconscious desire that is “a particular form of existence” of the first one.

Keywords: Body, Representation, Matter, Psychic Apparatus, Reality.

Introdução

São raros os trabalhos que se ocupam em reconduzir noções e conceitos aos lugares que lhe são próprios. É o que justifica este estudo que se propõe a acompanhar os movimentos iniciais da obra de Freud, em torno do problema da natureza e da concepção de realidade em sua teoria. Pretende-se demonstrar que a proposta de Freud de formular uma explicação que justifique a existência e a eficácia do inconsciente, por meio da construção de um modelo de aparelho psíquico representacional, acabou por circunscrever um conceito de realidade próprio e exigido pelos problemas postos à prática clínica com as neuroses. A originalidade dessa concepção se assenta em três premissas que a pesquisa pretende sustentar:

1º. Para dar conta da realidade que é preciso inferir através das observações, é necessário situá-la no interior da estruturação de um aparelho, ou seja, sua gênese, *necessariamente*, se entretence com a teoria da constituição do aparelho psíquico.

2º. Essa gênese e estruturação pressupõem uma materialidade até então não problematizada no contexto da configuração e da duplicação do domínio da realidade pelos processos e atividades no aparelho.

3º. A problematização de um *conceito de matéria* em Freud, decorrente de sua referência à filosofia de Stuart Mill, permite verificar, sobretudo, o laço indissociável existente entre *corpo* e *representação*, na constituição do “psíquico verdadeiramente real”, bem como da “realidade psíquica” do desejo inconsciente que é “uma forma particular de existência” do primeiro.

De acordo com os objetivos deste artigo, concentraremos nossa atenção em dois momentos importantes dessa gênese: o *Ensaio sobre as Afásias* (1891) e a *Interpretação dos Sonhos* (1900). Em um primeiro momento, será discutido e avaliado o ponto de ruptura freudiano, no cerne de um debate interno à clínica médica em torno do localizacionismo, uma teoria neurológica posta em questão pelas características clínicas das afásias e da histeria. As conclusões tiradas por Freud, por intermédio do exame crítico do conceito de representação no *Ensaio sobre as Afásias* (1891), renderam-lhe um ponto de vista funcional que permitiu conceber a espacialização de um aparelho de linguagem que não precisa mais coincidir com a localização anatômica cerebral, um passo inaugural e definitivo para metapsicologia. No aparelho assim concebido, as associações entre representação de palavra e representação de objeto fornecem os fundamentos de uma relação com o real, que neste momento, com base na obra de Stuart Mill, é definido por meio do conceito de “coisa”. A introdução por parte de Freud do conceito de “coisa”, no coração da representação de objeto, marca, do ponto de vista psicológico, a base material onde se inscreve a conceitualização sobre a constituição do psíquico e sua relação aberta com a base e a periferia corporal.

Já o segundo momento dedicar-se-á ao estabelecimento final desse novo conceito de real, correlacionado ao redimensionamento do aparelho psíquico que ocorre no texto “A Interpretação dos Sonhos” (1900). No trabalho com os sonhos, será possível avaliar a força do golpe conceitual dado pela introdução da idéia de um aparelho no cerne de uma psicologia das neuroses. A produção da teoria de um aparelho clinicamente correlacionado é, segundo Freud, a grande novidade de sua elaboração. O exame do contexto em que é introduzida essa nova ordem de realidade organizada pelas fantasias, em torno da estruturação da experiência originária e constitutiva com o desejo, permitirá expor outra dimensão do conceito pouco explorada pela literatura: sua emergência e significação em meio a questões éticas e morais. Também será possível avaliar a pertinência e o alcance da explicitação do *conceito de matéria* pressuposto – reconduzido ao domínio natural das excitações – para a elucidação do conceito de real e da particularidade de sua forma de existência psíquica, bem como de seu contraponto na realidade material independente do desejo.

O Aparelho de Linguagem no *Ensaio Sobre as Afásias* (1891)

O trabalho realizado no ensaio crítico de 1891 pode ser considerado como parte de um movimento interno da investigação sobre a histeria. Com efeito, Freud só consegue dar seqüência a essa investigação a partir dos resultados obtidos nesse ensaio. Um dos grandes problemas formulados no curso deste trabalho é o da impossibilidade de um isomorfismo entre função psíquica e anatomia cerebral. O re-equacionamento desta relação deve tornar possível responder a seguinte questão que recobre todo esse percurso inicial: “Como se ordena a estrutura do psiquismo para que o ato psicanalítico fundado na palavra seja uma experiência possível?” (Birman 1993, p.38).

Tendo em vista o ponto de partida freudiano no interior de uma tradição médica constituída historicamente sobre a clínica do visível, no momento em que Freud elege a escuta do discurso afásico e histérico como objeto de sua pesquisa, executa um movimento que o levará a uma ruptura com esta tradição. O mais significativo desta ruptura, como observa Simanke (1994, pp.7), é que ela “é produto de uma crítica de natureza epistemológica dos métodos, dos conceitos e dos objetos

tipicamente médicos que foram seu ponto de partida.” Portanto, um movimento próprio de um trabalho que pretende abrir o domínio e estabelecer as bases de uma nova disciplina no campo do saber. (Cf. Nassif 1977).

Como pretendemos demonstrar, a teoria desenvolvida no ensaio sobre as afasias permite também verificar que não há uma diferença de natureza entre corpo e representação, ambos são concebidos como dois níveis de um mesmo processo material. Esse entendimento quanto à natureza material partilhada entre corpo e representação é o que torna inteligível a ação direta do psíquico sob os processos corporais como é problematizado em textos contemporâneos como “Histeria” (1888), “Tratamento psíquico” (1890) e “Um caso de cura pelo hipnotismo” (1892).

Segundo Freud, a teoria das afasias proposta por Wernicke por meio de esquemas baseados na idéia de *localização* de funções mentais, em áreas anatomicamente definidas, era bastante difundida e aceita pela neuropatologia da época. Sua crítica pretende demonstrar que essa teoria contém premissas que precisam ser revisadas, pois delas se deduzem formas de dissolução da linguagem que não podem ser confirmadas pela observação. No entanto, de acordo com os objetivos desse trabalho, concentraremos os comentários desse ensaio no que tange à elaboração da *teoria da representação* que encontra aí seu momento crítico.

As hipóteses de Wernicke, afirma Freud, além de tentarem relacionar as perturbações da linguagem observadas na prática clínica a um número equivalente de lesões cerebrais localizadas, pretendem oferecer uma explicação de seu processo fisiológico, postulando-o como um *reflexo cerebral*. Segundo esse ponto de vista, os sons da linguagem são levados pela via do nervo acústico a uma região situada no lóbulo temporal, onde suas impressões sensoriais são *armazenadas* sob a forma de *imagens sonoras* individuais em *células* nervosas separadas, constituindo assim, um *centro sensorial* para a linguagem. Por outro lado, as imagens mnêmicas, resíduos das *impressões glossocinestésicas* das palavras faladas, são reagrupadas em uma região cortical reconhecida como *centro motor* da linguagem. Assim, os estímulos sonoros são transmitidos do centro sensorial ao centro motor, e desta associação entre imagens sonoras e impressões motoras resulta o *impulso* para a linguagem articulada. (Freud 1973, p.19). Os centros de linguagem estariam separados por um território cortical desprovido de função designado por Meynert como *lacunas funcionais*. A conexão entre os centros armazenadores seria realizada através de um feixe de fibras de condução por meio das quais se produziriam as associações sensório-motoras necessárias à articulação da palavra falada.

Exame crítico do conceito de representação: *Projektion e Repräsentation*

A explicitação desses postulados tem por objetivo redirecionar o exame crítico da teoria das afasias de Wernicke para seus fundamentos, na doutrina de Meynert, sobre a organização e funcionamento cerebral. No que diz respeito ao exame crítico do conceito de representação, o problema assume a forma da seguinte questão: *de que modo se encontra representado o corpo no córtex?* Segundo Freud, Meynert entende esta representação como uma verdadeira *projeção*: uma representação ponto por ponto, incluindo músculos, áreas da pele, glândulas, vísceras etc., ou seja, um conceito de representação completa e topograficamente exata do corpo no órgão cerebral. (ib., pp.64).

Esse conceito de projeção (*Projektion*) apóia-se na suposição da existência de feixes de fibras projetivas que *refletem* a periferia no córtex. Porém, observa Freud, as

investigações sobre a anatomia cerebral mostram que nenhum feixe de fibra chega da periferia do corpo até as partes superiores do cérebro sem haver antes entrado em alguma conexão com a substância cinza da medula espinhal. Essa descoberta da existência de conexões nervosas que se intercalam no trajeto das fibras da periferia ao centro é um dado importante contra a suposição de uma representação do corpo enquanto imagem completa e topograficamente similar.

Freud toma como ponto de partida para a refutação dessa idéia de projeção os resultados dos estudos de Henle. Suas pesquisas afirmam que o número de fibras que parte da periferia do corpo e chega à medula espinhal não é o mesmo daquele que vai da medula até o córtex cerebral, nesse último trajeto há uma redução do número de fibras. Por conseguinte, a relação da medula com o corpo é diferente de sua relação com o cérebro, e somente na medula espinhal existem os pré-requisitos para uma projeção. (ib., pp.66).

Portanto é adequado empregar termos diferentes para estes dois tipos de representação no sistema nervoso central. Se chamamos “projeção” o modo como a periferia está refletida na medula espinhal, sua contraparte no córtex cerebral poderia ser convenientemente chamada de “representação” [*Repräsentation*]. (ib., pp.66).

Esse argumento a favor de um novo conceito de representação (*Repräsentation*) apóia-se na consideração crítica de que a idéia de Meynert sobre um feixe de fibras aferentes que *retém sua identidade* no trajeto até o córtex, mesmo depois de haver atravessado um grande número de núcleos, é insustentável. Freud afirma a impossibilidade de conceber que essa fibra permaneça idêntica devido à observação de que a mielinização avança gradualmente de um núcleo a outro, e que, para cada feixe de fibras aferentes, emergem três ou mais feixes eferentes desde um só núcleo. Essas freqüentes interrupções e arborizações que o feixe sensorial aferente sofre na passagem pelos núcleos permitem supor que haja uma *mudança no significado funcional* desta fibra, ao longo deste trajeto, a cada vez que emerge de um núcleo. (ib., pp.67). Freud dá o exemplo do nervo óptico: em seu trajeto, uma fibra nervosa translada uma impressão retiniana até um gânglio (tubérculo quadrigêmeo anterior), daí em diante outra fibra vai desse gânglio até o córtex occipital. No gânglio, ocorre um entrecruzamento de fibras aferentes onde a impressão retiniana associa-se a uma impressão muscular do movimento dos olhos e assim por diante; o mesmo acontece com as sensações dérmicas e musculares em geral. Portanto, aquilo que chega ao córtex não é algo simples, mas uma *multiplicidade de associações* entre diversas impressões sensoriais que determinam a *alteração qualitativa* e o *ganho de complexidade* que o significado funcional dos processos adquire durante esse percurso. Com isso, só podemos presumir que:

os feixes de fibras que chegam ao córtex cerebral depois de haverem passado por outras massas cinzentas mantêm alguma relação com a periferia do corpo, mas não refletem uma imagem topograficamente exata dele. Contém a periferia do corpo da mesma maneira que – para tomar um exemplo do tema que nos interessa aqui – um poema contém o alfabeto, ou seja, uma disposição completamente diferente que está a serviço de outros propósitos, com múltiplas associações dos elementos individuais, nas quais alguns podem estar representados várias vezes enquanto outros podem estar completamente ausentes. (ib., pp.68).

O princípio subjacente a essa reordenação é puramente funcional, afirma o autor, “as relações topográficas se mantêm por se ajustarem às funções” (ib., pp.68). Isso significa assumir:

1º. Que não há relações topográficas pré-estabelecidas, essas são constituídas como decorrência do exercício das funções.

2º. As mudanças no significado funcional dos processos ocorrem de acordo com as seqüências associativas estabelecidas pela experiência.

Portanto, a primeira representação do corpo diz respeito, antes de tudo, à importância funcional da parte representada. É um modo de representação que admite variações, pois as partes do corpo a serem mais ou menos representadas são selecionadas de acordo com a importância que adquirem no decorrer dos processos. É importante notar que essa representação do corpo que resulta desse processo material é destituída de uma significação *a priori*. A significação do corpo constrói-se *a posteriori*, mediante a associação com as representações de palavra. Também é importante observar que o processo de formação de uma representação é algo distinto e independente daquilo que se experimenta enquanto consciência.

A Ultrapassagem do Localizacionismo e do Paralelismo Psicofísico: *Repräsentation e Vorstellung*

De posse desse conceito de *representação*, Freud retorna ao exame das afasias com o objetivo de desconstruir a idéia – fundamentada nas concepções de Meynert – de que o aparelho de linguagem estaria formado por centros corticais distintos separados por uma região isenta de função e conectados entre si por feixes associativos. Centros esses cujas células, se supõem, conteriam as imagens das palavras, sua projeção. A crítica se endereça justamente a essa tendência em localizar faculdades mentais ou mesmo elementos psíquicos, como os define a terminologia psicológica, em certas áreas do cérebro. (*ib.*, pp.69).

Para executar essa desconstrução dos pressupostos localizacionistas, Freud apropria-se de alguns conceitos e instrumentos metodológicos advindos de sua leitura da neurologia de Jackson. Segundo esta metodologia, processos psíquicos e fisiológicos devem ser investigados separadamente. Portanto, a princípio, a cadeia psíquica e a neurológica não devem ser abordadas numa relação de causa e efeito; a relação de identidade entre esses processos deve ser recusada. Segundo a doutrina de Jackson, o processo psíquico é *paralelo* ao fisiológico, mais precisamente, trata-se de um “concomitante dependente”. (*ib.*, pp.70) Assim, quando se afirma que uma representação está contida numa célula incorre-se em um erro categorial que leva a confundir dois processos que não necessitam ter nada em comum. A operação no seu conjunto pode ser assim descrita: das modificações fisiológicas ocorridas, nas fibras nervosas produzidas pela estimulação sensorial, decorrem sucessivas reorganizações funcionais na condução dos estímulos periféricos até serem, finalmente, *representados* (*Repräsentation*) no órgão cerebral. As alterações aí produzidas convertem-se então, segundo o paralelismo, no *correlato* neural de uma representação psíquica (*Vorstellung*). (*ib.*, pp.70). Como esclarece Widlöcher (1989),

a dependência do psiquismo em relação ao somático dá ao evento psíquico a função de representar a excitação somática. Representar aqui no sentido de ter lugar, de estar no lugar de (*Repräsentanz*). A outra via é a da representação (*Vorstellung*), que na atividade mental se refere ao objeto [ou à vida relacional]. (pp.239).

Freud alerta ainda, que dessa confusão conceitual denunciada por Jackson resulta a inferência infundada de que aquilo que, na psicologia, é uma simples representação deva corresponder, no domínio neurológico, a algo também simples e localizável como pretende a teoria da projeção. Porém

tal inferência, naturalmente, carece de todo o fundamento [...]. Qual é o correlato fisiológico de uma representação simples ou de uma representação [*Vorstellung*] que volta a *emergir*? Obviamente nada de estático, mas algo da natureza de *um processo*. (*ib.*, pp.70, grifo nosso).

Contrapondo a noção dinâmica de processo à noção estática de localização pretende-se refutar a hipótese da existência de centros de linguagem. O processo, segundo a apropriação que Freud faz desse conceito de Jackson, é algo que se difunde amplamente por todo o córtex, deixando atrás de si *modificações permanentes* (traços), portanto não há necessidade de postular a existência de centros estáticos e de vias de condução. São essas modificações processuais que permitem que haja possibilidade de recordações, pois, segundo esse raciocínio, a cada vez que o processo volta a ocorrer, suscitando os mesmos estados corticais, o evento psicológico concomitante surge novamente enquanto recordação. (*ib.*, pp. 71). Assim, para cada emergência de uma simples representação psíquica, corresponderia a uma rede associativa neurológica complexa.

Um inconveniente dessa apropriação da doutrina de Jackson é que o paralelismo implica na identidade entre o psíquico e a atividade psicológica consciente, assim como era para Bernheim no exame sobre a sugestão. Freud diagnostica essa implicação, quando afirma que, segundo essa doutrina, é duvidoso que “essa modificação [traço deixado pela difusão do processo] corresponda também a algo psíquico. Nossa consciência não apresenta nada, que desde o ponto de vista psicológico, possa justificar o termo ‘imagem mnêmica latente’.” (*ib.*, pp.71).

Tendo em vista trabalhos anteriores, entre eles “Histeria” (1888), por exemplo, onde postula uma identidade funcional entre o psíquico e a atividade neural, pode-se sustentar que Freud esteja a par deste impasse da identificação entre psíquico e consciência e que a adoção do paralelismo psicofísico seja provisória e requerida apenas enquanto metodologia, o que não lhe obriga, a princípio, a nenhum compromisso ontológico determinado. (Cf. Ibertis 2005; Araújo 2003). Por outro lado, como sustenta Simanke (2004a), é possível reconhecer, já no ensaio sobre as afasias, os elementos que levariam Freud nos trabalhos subseqüentes a ultrapassar, juntamente com o localizacionismo, o paralelismo psicofísico, rompendo com a identificação entre o psíquico e o consciente. Ruptura essa constitutiva da psicanálise, uma vez que o próprio conceito de inconsciente depende dos resultados dessa crítica que se dá justamente pelas inovações introduzidas mediante o conceito de representação.

Como vimos, com Freud, a representação deixa de ser entendida enquanto cópia ou duplo psíquico das impressões sensoriais como queria a teoria da *projeção*, para ser o resultado de uma sucessiva recriação da informação sensorial segundo princípios associativos determinados. Meynert postulava uma identidade da informação ao longo do trajeto, não havendo alterações qualitativas durante a condução da periferia ao córtex. Enquanto que Freud, apoiando-se no conceito de representação e hierarquia funcional de Jackson e na influência das idéias de Stuart Mill, como se verá adiante (Cf. Gabbi Jr. 2003; Honda 2002), dá evidências de que nessa passagem do simples ao complexo, da periferia ao córtex, são produzidas diferenças qualitativas que afetam progressivamente a significação dos processos. Portanto, o processo pode ser pensado como uma sucessão de recriações associativas que dão ensejo à *emergência* de propriedades distintas que não se encontram nos elementos individuais,² ultrapassando a idéia da existência de dois processos paralelos e da inexistência de uma relação causal entre o psíquico e o corporal.

Mesmo que Freud não assuma de imediato as conseqüências de sua crítica, segundo a tese sustentada por Simanke (2004a, pp. 32), é possível reconhecer que ele chegou, mesmo que inadvertidamente, a uma solução *emergentista* para o problema

mente-cérebro. Assim, a idéia de emergência insinua-se aí enquanto *possibilidade* no modo como se concebe a representação ao longo desse ensaio, dando todos os indícios de que essa *Vorstellung* consistiria então,

no conjunto de *propriedades distintivas que os processos corticais adquirem* ao se verem organizados de uma determinada maneira, no nível mais evoluído e de maior complexidade e flexibilidade, segundo os princípios jacksonianos; *haveria, então, uma diferença funcional entre o neurológico e o mental, mas não mais uma diferença essencial ou de natureza*, abrindo caminho para a formulação de uma psicologia materialista, como a que Freud vai empreender no Projeto... e que não deixa de ser a meta e o horizonte de toda a metapsicologia. (*ib.*, pp.32, grifo nosso).

Essa conclusão, seguramente, de acordo com a clínica da histeria que lhe é contemporânea, pode se estender à relação do psíquico com sua base corporal, pois, assim como no caso anterior, podemos sustentar que não há uma diferença de natureza entre corpo e representação, uma vez que a representação nada mais é do que o nível mais elevado de uma progressiva reorganização dos elementos sensoriais provenientes da periferia corporal. Portanto, corpo e representação, apreendidos no seu registro funcional e não anatômico, fazem parte de um único processo material. Essa continuidade material deixa-se apreender, por exemplo, se considerarmos que, *durante o processo* da representação (*Repräsentation*), que parte da periferia para o centro, a emergência de uma representação psicológica (*Vorstellung*), sob a forma de uma recordação, deve ser concebida como algo dotado de uma materialidade acústica, visual ou cinestésica inegável.

A Autonomia do Ponto de Vista Funcional e a Espacialização do Psíquico

Na seqüência, Freud descarta o postulado sobre a existência das *lacunas funcionais*, e esta refutação, segundo ele, acabará por desencadear uma completa transformação na concepção do aparelho de linguagem. (Freud 1973, pp.72). A idéia a ser examinada é a seguinte: as áreas que funcionam como centros de linguagem estariam separadas por hiatos isentos de função. Meynert, segundo Freud, compreende que todo o *processo de aquisição psíquica* e de aprendizagem de novas línguas se dá por meio da ocupação do córtex por novas imagens mnêmicas armazenadas individualmente em células separadas. Com efeito, a esses hiatos são atribuídas funções importantes na aquisição da linguagem: são espaços livres utilizados para a expansão topográfica das imagens adquiridas pela aprendizagem.

Se isto fosse correto, no caso de novas aquisições lingüísticas cada uma delas estaria armazenada em locais diferentes dessa região desocupada, por conseguinte, uma lesão orgânica, dependendo de sua localização, poderia afetar primeiramente a língua materna, por exemplo, restando intacta as aquisições lingüísticas mais tardias. Porém, no caso de lesões orgânicas isso jamais acontece, a linguagem materna ou aquela utilizada com maior freqüência são sempre as últimas a serem afetadas. Freud apóia-se no conceito de Jackson de “retrogressão funcional” e nas observações clínicas de outros autores para mostrar que as funções lingüísticas são afetadas *segundo a ordem de sua constituição*, das mais recentes e menos organizadas, portanto, mais flexíveis, até as mais primárias, automáticas e inflexíveis. Por exemplo, no caso de uma afecção do aparelho de linguagem, a capacidade primária de repetir palavras permanece intacta mais tempo do que a linguagem espontânea que é uma aquisição mais tardia do aparelho. (*ib.*, pp.45).

Assim, a aprendizagem da fala estaria limitada pela organização de uma “hierarquia funcional” que se estabelece em diferentes épocas: primeiro, o sensorio-

auditivo, depois, o motor, em seguida, no caso da escrita, o visual e finalmente o gráfico. Por conseguinte, conclui Freud, as afasias não fazem outra coisa que reproduzir um estado que existiu no curso do processo normal da aprendizagem da fala. O conjunto de associações sobrepostas é danificado antes que o primário qualquer que seja a localização da lesão. (*ib.*, pp.75).

Essa argumentação pretende sustentar a afirmação de que as formas de dissolução da linguagem observadas contradizem a concepção de Meynert, baseada na noção estática de localização que compreende o processo de aquisição de linguagem enquanto expansão topográfica. Para concluir a refutação dessa teoria, Freud recorre às hipóteses funcionais de Bastian sustentando que, no caso de lesões ou outros tipos de afecções, o aparelho de linguagem reage não como uma interrupção localizada mas com uma *modificação de seu estado funcional*. (*ib.*, pp.45). Uma lesão da área motora, por exemplo, nunca resulta na perda de palavras específicas que estariam contidas nessa área, mas sim, numa diminuição da atividade motora da linguagem como um todo.

Bastian (*apud* Freud 1973) distingue três estados de *redução da excitabilidade* na atividade de uma função que, segundo Freud, também representam níveis de *retrogressão* dos processos no interior do aparelho: primeiramente, numa redução mínima da excitabilidade, a função deixa de reagir à estimulação voluntária, porém, segue reagindo à estimulação por associação de outra área e pela estimulação sensorial direta; em casos mais graves passa a responder apenas à estimulação sensorial direta; por último, no nível mais baixo de funcionamento, deixa reagir. (*ib.*, pp. 45).

Com esses últimos argumentos, podemos dizer que Freud inaugura aquilo que se pode chamar, em sua teoria, de uma *autonomia do ponto de vista funcional*. (Simanke 2004b, pp.51). A principal característica dessa autonomia é a possibilidade de descrever o aparelho de linguagem pelo que ele faz (um conjunto de operações e processos representativos) e não pelo que ele é; trata-se tão somente da inscrição das condições que permitem que o aparelho funcione. Segundo Simanke (2004a, pp.21), a própria noção de aparelho de linguagem (*Sprachapparat*) “se reveste de uma significação funcional e designa o conjunto de processos necessários para a execução das funções da linguagem, assim como o modo como eles devem estruturar-se para tanto”.

A principal consequência dessa consolidação é a ruptura com a idéia de que as funções mentais têm de ser simétricas à sua descrição anatômica. Assim, pode-se dizer que a teoria do aparelho passa a ser uma teoria aberta em relação aos lugares anatômicos. Eles existem, pois o cérebro é concreto e está localizado no espaço, porém, o equívoco conceitual que Freud encontra no localizacionismo é justamente o espelhamento entre essas duas dimensões que não são homólogas. O mais significativo é que essa autonomia dos processos funcionais não depende do conhecimento do cérebro, pois por mais que se conheça o cérebro, um esquema não tem que equivaler ao outro. Essa crítica abre um caminho epistemológico em direção à teoria psicológica na medida em que a característica funcional nunca é igual à descrição anatômica. Freud reivindica uma legitimidade própria para a representação psicológica. (Simanke 2004a,b; Teixeira 2000b).

Como vimos é da neurologia de Jackson que Freud extrai os conceitos e argumentos necessários para conceber essa representação psicológica dos processos mentais. Como pondera Nassif (1977, pp.111), Jackson tenta orientar a neurologia na via de uma localização, inspirando-se em modelos verdadeiramente funcionalistas.

Dois conceitos são concebidos para isso: o de dissolução (que Freud traduz por *retrogressão funcional*) e o de processo. Com a introdução desse último, não é mais um músculo que é localizado na área motriz, mas um processo motor permitindo descrever um tipo de movimento: “centros nervosos representam movimentos, não músculos”. (Jackson 1958, pp.29). Com efeito:

O corte jacksoniano [...] teve êxito em separar a dimensão do lugar do estudo anatômico dos tecidos nervosos. Desde então, tornou possível conservar a exigência científica inerente a toda localização, sem assimilar com isso o psíquico ao somático com objetivo de uma redução. [...] A problemática que se desdobra desta abertura implica que o lugar ele mesmo é construído e não mais somente descrito. [...] É ele mesmo uma dimensão deduzida da análise. (Nassif 1977, pp.127).

Esta noção de lugar enquanto dimensão deduzida da análise, resultado das diferenciações funcionais produzidas pelos processos, permite uma *espacialização do psíquico* que não precisa mais coincidir com o espaço anatômico cerebral. A idéia de espaço aí não serve a nada mais do que inscrever as condições necessárias ao funcionamento do aparelho, são relações topográficas, afirma Freud (1973, pp.68) que “se mantêm somente na medida em que se ajustam as necessidades da função”; aí está a originalidade dessa noção de lugar que adquire uma acepção funcional e não mais morfológica. Portanto, como pondera Simanke (1994a, pp.3) “a topografia psíquica não pré-existe ao processo, mas é estabelecida por ele”. Esse autor também faz notar que não é preciso esforçar-se muito para ver aí as origens da concepção estritamente freudiana de tópica, tal como é afirmado na seção B do capítulo VII da *Traumdeutung*, como veremos adiante.

Wortvorstellung e o Aparelho de Associações

Ter êxito em construir um aparelho de processos, afirma Nassif (1977, pp.264), “que permita verificar as leis de associação é um sonho partilhado por todos os cientistas que Freud freqüentava”. Com esse intuito, realizada essa etapa crítica de seu ensaio, Freud passa a extrair as conseqüências dessas revisões e da introdução desses novos conceitos para a compreensão dos processos que, segundo seu ponto de vista, constituem o aparelho de linguagem (*Sprachapparat*). Conferindo maior alcance à armação conceitual que vincula de maneira indissociável corpo e representação. A primeira dessas conseqüências diz respeito à substituição da hipótese dos centros separados por lacunas onde as recordações estariam armazenadas em células que se associam por meio de fibras de condução, pela idéia da constituição de um aparelho cuja: “área de linguagem é uma região cortical contínua dentro do qual se tem lugar as associações e transmissões que subjazem as funções da linguagem.” (Freud 1973, pp.76). Essa redefinição permite conceber o aparelho de linguagem organizado por uma *área associativa* contínua que se estende entre as *regiões sensoriais* dos nervos ópticos e acústicos e os *nervos motores* periféricos dentro da qual se associam os elementos visuais, auditivos e motores na produção da linguagem articulada. A distribuição espacial do aparelho de linguagem proposta aqui é bastante próxima àquela do aparelho psíquico da “Interpretação dos sonhos” (1900).

Com esses desenvolvimentos, a *palavra*, anteriormente definida em “Tratamento psíquico” (1890) como “o instrumento essencial do tratamento mental”, passa então a ser correlacionada com a estruturação de um aparelho de associações. Freud reafirma sua pretensão de avançar no entendimento da organização das funções do aparelho, seguindo a opção metodológica de manter separado o aspecto psicológico do aspecto anatômico do problema. Assim, desde o ponto de vista psicológico, a

palavra produzida por esse aparelho deve ser considerada como a *unidade funcional da linguagem*. Porém, Freud dá a entender que a emergência desta unidade psicológica simples corresponde, e tem por base, a formação de uma representação complexa (*komplexe Vorstellung*), constituída pelas associações entre elementos auditivos, visuais e cinestésicos. (*ib.*, pp.86). Diante disso, a representação de palavra (*Wortvorstellung*) seria formada por uma rede composta de quatro elementos constituintes: a imagem sonora; a imagem visual da letra; a imagem motora da linguagem (glossocinestésica) e a imagem motora da escrita (quirocinestésica).

Conseqüentemente, a produção da linguagem articulada deve ser concebida como precedida, necessariamente, por uma etapa de aquisição de algumas dessas representações realizada por meio de atividades e processos associativos que no limite presidem a própria constituição do aparelho de linguagem. Freud propõe uma idéia do processo de aprendizagem das diversas atividades lingüísticas centrada na noção de *sobreassociação*. No caso específico da fala, diz: *aprendemos a falar* associando uma “imagem sonora da palavra” com uma “impressão da inervação da palavra”. Após termos falado, adquirimos uma “imagem motora da palavra”. Numa etapa infantil do desenvolvimento da fala, pondera Freud, servimo-nos de uma diversidade de sons construídos por nós mesmos e os associamos aos sons das palavras. Em um segundo momento, mediante o auxílio de um agente prestativo, aprende-se a repetir. Como pondera Nassif (1977, pp.52), essa *estrutura da relação ao outro* é decisiva para que as seqüências produzidas sejam efetivamente seqüências de linguagem. Esse autor ainda observa que é necessário admitir que a ordem introduzida na aprendizagem vai traçar definitivamente as vias do funcionamento do aparelho de linguagem. (*ib.*, pp.343).

Apredemos a linguagem dos outros mediante o esforço por adequar tanto quanto possível a imagem sonora produzidas por nós mesmos com aquela imagem sonora que serviu de estímulo para o ato de inervação de nossos músculos da linguagem, ou seja, *apredemos a repetir*. (Freud 1973, pp.87, grifo nosso).

Por meio da *repetição*, adquirimos um conjunto de associações entre imagens sonoras e cinestésicas de palavras. Para compreender como se dá aprendizagem e o uso efetivo da *linguagem espontânea*, é preciso considerar o modo como as palavras adquirem significado. Freud introduz o conceito de representação de objeto: “a palavra adquire seu significado mediante a associação com uma representação de objeto [*Objektvorstellung*].” (*ib.*, pp. 90).

Objektvorstellung e o Conceito de Real Enquanto Possibilidade Permanente de Sensação

A representação de objeto, tal qual a de palavra, também tem por base um intrincado processo associativo, ou seja, sua emergência psicológica também é precedida por uma progressiva reorganização do material sensorial bruto ao longo do trajeto da periferia do corpo ao córtex. Porém, se trata de uma referência extralingüística, integrada por uma diversidade indefinida de impressões que, a princípio, precede a formação de palavras, ou seja, *sua emergência enquanto processo psíquico é absolutamente independente da constituição dos processos lingüísticos* (Cf. Rizzuto 1993); daí a aproximação estabelecida por Freud entre essa concepção de objeto e o conceito de “coisa”. Pois a representação de objeto comporta sempre *um resto que se subtrai ao processo de significação* por meio da associação com as representações verbais. Como se vê, a adoção dessa concepção de objeto extraída da

filosofia de Mill (1984a,b) é de fundamental importância, não só para sua teoria da significação, como para a teoria do aparelho psíquico como um todo.

Segundo nos ensina a filosofia, continua Freud, a representação de objeto *não contém nada mais que isto*: um complexo de associações integrado por diversas impressões sensoriais, visuais, táteis, acústicas, cinestésicas entre outras. (Freud 1973, pp.91). Na seqüência diz:

sua aparência de ser uma “coisa” (Ding) *se origina somente do fato* de que ao enumerar as impressões sensoriais percebidas desde um objeto deixamos aberta a possibilidade de que se integre uma larga série de novas impressões à cadeia de associações (J.S. Mill). (*ib.*, pp.90, grifo nosso).

Em outras palavras, a representação de objeto não contém nada mais que associações entre impressões sensoriais, porém, ela assume a aparência de ser algo absolutamente diferente disso, uma *coisa*, ou seja, assume a aparência de ser algo extrínseco que não depende de nossas sensações para existir. No entanto, Freud localiza os fundamentos desta metamorfose de algo cuja constituição depende unicamente das impressões sensoriais, para algo que passa a assumir a forma de uma coisa externa, perdurável e inapreensível pelos órgãos sensoriais, diz: “essa aparência se origina somente do fato” de que da recepção das impressões sensoriais advindas da experiência com o objeto (*Gegenstand*), resta sempre *em aberto a possibilidade permanente* de novas impressões. Com isso, quer dizer que da experiência com os objetos fazem parte todo um conjunto impressões sensoriais despojadas de conteúdo cognitivo que, no estado de afecção atual, existem somente enquanto possibilidade. Mas isso não significa dizer que a presença dessas possibilidades permanentes sejam algo externo à sensibilidade, elas apenas assumem essa aparência devido ao fato de que *sua base na sensação é esquecida*. Essa explicação compacta que não é desenvolvida por Freud, poderá ser melhor compreendida após o exame das referências que ele faz ao empirismo associacionista de Mill (1984a,b), como veremos adiante.

Assim, da experiência de sempre se poder obter renovadas impressões de um mesmo objeto (que no limite pode ser o próprio corpo), extraímos *a razão*, conclui o autor, pela qual sua representação não se apresenta como fechada, e dificilmente poderia sê-lo, trata-se de *um complexo associativo permanentemente aberto*. (Freud 1973, pp.91). O complexo da representação de palavra, por sua vez, considerado em si mesmo é *um complexo associativo fechado*, capaz de extensão evidentemente, contudo, suas associações estão restritas às recombinações entre seus quatro elementos constitutivos, não havendo a possibilidade de se agregar outras impressões sensoriais. (*ib.*, pp.90).

Cada um desses dois grandes complexos associativos organiza-se em torno de um elemento fundamental. No caso da representação de palavra, o elemento central é a *imagem acústica* da palavra, já o complexo da representação de objeto organiza-se e se representa principalmente através da *imagem visual*. A palavra, entendida como uma organização de elementos sensoriais, quando associada a um objeto vira um nome. Em seu extremo sensorial, as impressões sonoras lingüísticas ligam-se preferencialmente às imagens visuais do objeto, e esse é o processo associativo por meio do qual a palavra adquire seu significado. (*ib.*, pp.91).

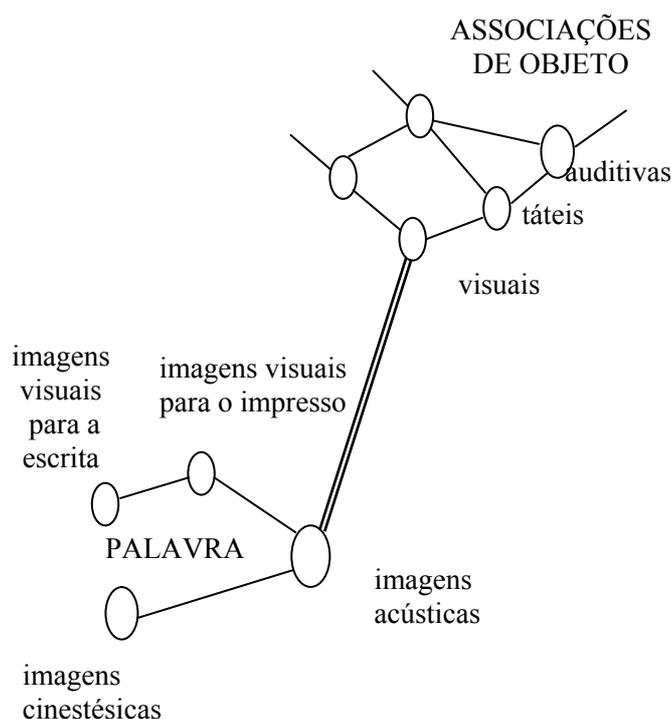


FIGURA 1. Esquema psicológico da representação de palavra.

Essa rede associativa composta pela associação entre esses distintos grupos de representação equivale ao esquema psicológico da representação de palavra. Embora a representação de palavra seja um complexo fechado composto por elementos finitos, ela *se abre*, no seu extremo sensorial, à representação de objeto, composta por uma série infinita de associações. Essa abertura sensorial é de tal natureza, como demonstrou a constituição do conceito de representação, que *a linguagem passa a obter, necessariamente, um caminho fundamental que remete tanto para ordem do corpo como para a experiência com mundo*. (Birman 1993, pp.60; Rizzuto 1993).

O fato de essas representações comportarem sempre um resto permanente que se subtrai ao processo de significação das representações verbais, e da afirmação de Freud de que “todos os estímulos [causas] para a linguagem espontânea surgem das associações de objeto” (Freud 1973, pp.92), permite afirmar, como faz Nassif (1977, pp.383 e 628), que a linguagem espontânea define a tentativa, incessante, de organizar as associações de objeto, ou ainda que a própria significação representa a tentativa indefinida por parte do aparelho de linguagem de cernir o não fechamento das impressões advindas da experiência com o objeto.

Diante disso, é possível extrair as conseqüências e os elementos necessários para situar e compreender *qual a concepção de realidade que se encontra aí implícita e que fornece a base material sob a qual Freud desenvolveu sua teoria da representação*. De acordo com o apresentado, pretendemos sustentar que, no caso de um aparelho assim constituído, a relação entre o complexo da representação de palavra e o complexo da representação de objeto fornece os fundamentos de uma relação com o real definido por meio do conceito de “coisa”. Os elementos que sustentam essa afirmação encontram-se, evidentemente, na introdução, por parte de Freud, do conceito de “possibilidades permanentes de sensação” – extraído da filosofia de Stuart Mill – no coração de sua teoria sobre a representação de objeto.

A Origem Psicológica da Idéia de Matéria e Realidade Exterior

Nos textos referidos por Freud: capítulo III do livro I do “Sistema de lógica dedutiva e indutiva: exposição dos princípios das provas e dos métodos da pesquisa científica” (1843), e “Um exame da filosofia de Sir William Hamilton” (1865), Stuart Mill tem, entre seus objetivos, fornecer *uma explicação para a origem e o desenvolvimento da idéia de matéria ou de realidade exterior que não contradiga as leis naturais*. Para melhor compreensão de seus argumentos, é preciso ter em mente o discernimento feito pelo autor entre duas modalidades do conhecimento: o intuitivo e o não intuitivo. Quanto ao conhecimento *intuitivo*, no “Sistema da Lógica...” (1843), afirma que dessa modalidade fazem parte as verdades *imediatamente conhecidas* pela consciência como nossas próprias sensações corporais e afecções mentais. Por outro lado, o conhecimento *não intuitivo* é composto por aquilo que conhecemos pela vida da *inferência*, ou seja, os fatos que acontecem na nossa ausência. (Mill 1984a, pp.84). Contudo, afirma Mill, a maior parte do nosso conhecimento consiste reconhecidamente em inferências, pois para decidir suas condutas, todos têm, a cada momento, a necessidade de constatar fatos que não observamos diretamente. “Esta é a única ocupação à qual a mente se dedica sempre, e pertence ao domínio do conhecimento geral”. (*ib.*, pp. 85).

Em comum acordo com essas duas modalidades do conhecimento, Mill propõe uma teoria psicológica que é a base da qual extrai sua concepção da origem da formação da idéia de matéria e de realidade exterior. Para tanto, é preciso também observar dois importantes postulados de sua psicologia:

- Primeiro postulado: a mente humana é capaz de “expectativa”. Em outras palavras, após termos *sensações reais*, somos capazes de formar a concepção de *sensações possíveis*, ou seja, sensações que não estamos sentindo no momento presente, mas poderíamos vir a experimentar em certas condições. (Mill 1984b, pp.262).
- Segundo postulado: a experiência é regida pelas leis de “associação de idéias”: 1º) fenômenos similares tendem a ser pensados juntos; 2º) fenômenos experimentados em contigüidade idem, tanto por simultaneidade quanto por sucessão imediata; 3º) a freqüência da repetição entre dois fenômenos experienciados conjuntamente formam uma “associação indissolúvel”, torna-se impossível pensar em tal coisa separada de outra; 4º) coisas que somos incapazes de conceber separadamente parecem incapazes de existir separadamente, e a crença nessa coexistência, apesar de ser um produto da experiência (que aprendemos a inferir) apresenta-nos como algo intuitivo, ou seja, imediato e evidente por si mesmo. (*ib.*, pp.263).

Para Mill, as sensações constituem o fundamento original do todo. Segundo essa concepção, a principal característica que distingue nossa noção de *matéria* de nossa noção de *sensação* é a idéia de *permanência*. A matéria ou substância exterior seria uma coisa fixa, perdurável, que existe quer estejamos presentes ou não. Isso significa que, enquanto a substância exterior continua sendo sempre a mesma, nossas sensações são passageiras e variam de acordo com as contingências. Diante disso, apontar uma origem para esta concepção complexa é o mesmo que explicar o que significamos pela crença na matéria. (*ib.*, pp.263).

Segundo sua teoria psicológica, a concepção que formamos do mundo existente compreende, juntamente com as sensações presentes, uma variedade incontável de possibilidades de sensação que poderiam ser experimentadas sob determinadas circunstâncias. As possibilidades são permanentes, as sensações presentes são fugazes. As sensações que fazem parte dessas possibilidades estão ligadas a grupos; desses grupos, apenas uma parte muito pequena das possibilidades se atualizam enquanto sensações reais. Contudo, sempre que determinada sensação se faz sentir, todo grupo a ela associado apresenta-se enquanto possibilidade, como uma espécie de *substrato permanente*. (*ib.*, pp.265). Mill acentua ao extremo o contraste entre sensação atual e os grupos de possibilidade, tanto que chega a sustentar o seguinte:

As sensações, apesar do fundamento original do todo, acabam sendo consideradas como uma espécie de acidente que depende de nós; e as possibilidades como muito mais reais do que as sensações reais, *como as próprias realidades das quais estas últimas são somente as representações, aparências ou efeitos*. (*ib.*, pp.266, grifo nosso).

Também é um dado da experiência, continua o autor, que quando as possibilidades permanentes assumem tal dissimilitude de aspecto e de relação com as sensações atuais, passamos a concebê-las como *algo diferente* das sensações, pois *sua base na sensação é esquecida*. (*ib.*, pp.266). Ainda mais que, como observa o autor, podemos nos afastar ou sermos afastados de qualquer de nossas sensações externas, mas mesmo que as sensações cessem, as possibilidades continuam existindo, “elas são independentes de nossa vontade, de nossa presença e de tudo o que nos pertence.” (*ib.*, pp.266). Tais possibilidades são compartilhadas, são comuns a nós e aos nossos semelhantes; como é possível verificar, todos fundam suas expectativas e condutas nas mesmas possibilidades.

Isto coloca o ponto final em nossa concepção dos *grupos de possibilidades* como a *realidade fundamental na natureza*. [...] O mundo de sensações possíveis, que se sucedem umas as outras segundo leis, está tanto em outros seres quanto está em mim; tem portanto uma existência fora de mim; é um mundo exterior. (*ib.*, pp.266, grifo nosso).

Assim, conclui Mill, a matéria, desde a teoria psicológica, é definida como possibilidade permanente de sensação; acreditar nas possibilidades é acreditar na matéria. A expectativa e a confiança quanto à existência de objetos reais, tangíveis e visíveis, significa a crença na existência das possibilidades dessas sensações quando nenhuma delas está presente.

Com essa breve exposição pretendeu-se situar o contexto conceitual em que se insere a referência de Freud a Mill, que é de onde emerge a concepção freudiana sobre a representação de objeto. Diante disto, pode-se sustentar o seguinte argumento: a afirmação de Freud de que a representação de objeto *não contém nada mais que isto*: um complexo de associações integrado por diversas impressões sensoriais (Freud 1973, pp.91, significa assumir, de acordo com sua referência a Mill, que a existência do objeto enquanto matéria – do ponto de vista psicológico – não pode ser provada extrinsecamente em relação às impressões que dele temos (*não contém nada mais que isto*: sensações complexas), descartando com isso a idéia da existência de uma coisa em si. Com efeito, o que se nos apresenta como fixo, perdurável e inapreensível, não é o objeto, e sim a existência universal do que Mill denomina de *possibilidades permanentes de sensação*.

Contudo, não se pode dizer que Freud assuma por completo essa concepção de realidade e matéria enquanto possibilidade permanente de sensação, pois sua reflexão não constitui uma visão de mundo (*Weltanschauung*). No entanto, podemos afirmar,

com segurança, que esse é o contexto de onde ele extrai *o essencial* para pensar sua própria concepção de real em termos da incognoscibilidade do processo material em questão.

Para avaliar a sustentabilidade dessa tese é preciso, antes de tudo, considerar que a pretensão de Mill é justamente a de fornecer uma explicação da origem psicológica da idéia de matéria que não contradiga as leis reconhecidas pelas ciências naturais, entre as quais Freud situa sua própria investigação. Assim, de acordo com o horizonte psicológico aberto pelas ciências naturais, Mill considera que sua concepção de existência real em termos de “possibilidades permanentes de sensação” remete ao domínio natural das *excitações*:

A significação do nome abstrato existência e a conotação do nome concreto ser consistem, como a significação de todos os outros nomes, em sensações (...) sua peculiaridade é que *existir é excitar, ou ser capaz de excitar*. (Mill 1984a, pp.136, grifo nosso).

Existir é excitar ou *ser capaz de excitar*, conclui o autor, mesmo no caso em que o antecedente da excitação (o estímulo) seja algo negativo como uma possibilidade de sensação. É justamente essa recondução última do real ao domínio natural das excitações que confere materialidade ao conceito freudiano de representação, e também, é o que mais tarde lhe servirá de base para a afirmação do inconsciente como “o psíquico verdadeiramente real”.

Quando no *Ensaio sobre as afasias* (1891), Freud afirma que sensação e associação são dois nomes para um mesmo processo representacional indivisível, pois “não podemos ter uma sensação sem associá-la de imediato [...] elas dependem de um processo único que, começando em um ponto do córtex, se difunde sobre a totalidade do mesmo” (Freud 1973, pp.71), isto implica em conceber que a associação cortical dos elementos sensoriais, precedida por uma sucessiva reorganização da informação sensorial no trajeto da medula ao córtex, consiste, em última análise, em um *processo excitatório*. Essa é, sem dúvida, a base material sobre a qual Freud desenvolveu sua teoria da representação. Contudo, diferente de Mill, em Freud, “a percepção é despojada de conteúdo cognitivo – não é mais algo dado e dotado em si mesmo de significado, nenhuma percepção pura pode atingir a consciência mas apenas uma representação construída pelos processos neurológicos no nível cortical.” (Simanke 1994a, pp.4); (Cf. Dayan 1985, pp.374).

Uma das principais conseqüências que se pode extrair disso é a possibilidade de conceber o enraizamento do processo da representação numa continuidade material com sua base corporal: corpo e representação se constituem como momentos diferentes do mesmo processo material. Porém, Freud apenas irá ter uma concepção própria de realidade a partir do momento em que for possível correlacionar essa base material aos processos decorrentes da constituição de um aparelho psíquico.

O Psíquico Verdadeiramente Real e a Primeira Tópica Freudiana

Freud inicia a seção F, do último capítulo da *Interpretação dos Sonhos* (1900), com uma reavaliação do alcance efetivo de suas hipóteses e seu manejo metodológico. Anteriormente havia atribuído a cada um dos sistemas situados na extremidade motora do aparelho, o inconsciente e o pré-consciente, dois modos diferentes de *tramitação da excitação psíquica*, os processos primários e secundários, respectivamente. A constante referência de Freud a tramitação da excitação psíquica por todo o texto da *Interpretação dos Sonhos*, marca de modo evidente, a continuidade de base existente com o trabalho *Ensaio sobre as afasias* no que

concerne ao processo material em questão, entre outros problemas e conceitos afins. Nesta seção F, por exemplo, alerta que a hipótese sobre os dois sistemas pode levar a mal entendidos, e o uso de analogias e termos como tradução, reprimir, irromper, transcrever pode induzir o leitor ao erro de uma interpretação localizacionista. Mas, se quisermos substituir esses símiles, pondera Freud, pelo que parece responder melhor ao “estado real das coisas” que se quer representar, o problema em questão deve ser reformulado na medida em que se considera a diferença fundamental que separa uma representação pré-consciente de outra inconsciente. A representação pré-consciente caracteriza-se por uma íntima relação com *restos de representação de palavra*, suas imagens acústicas, enquanto a representação inconsciente compreenderia apenas a *representação de objeto*, cujo elemento central é a imagem visual. (Freud 1987b, pp.598).

Como demonstramos, a concepção de tópica psíquica em Freud está internamente correlacionada com a apropriação de um modelo funcionalista que permitiu a ruptura com a idéia de que as funções mentais têm de ser simétricas à sua descrição anatômica. O mais significativo é que essa autonomia dos processos funcionais não depende do conhecimento do cérebro: por mais que se conheça o cérebro, um esquema não tem que equivaler ao outro. Portanto, com a introdução da tópica não se trata tão somente de um recurso didático e intuitivo, e sim de um modo original e legítimo de conceber a espacialização do aparelho sem perder de vista a materialidade de seus processos.

No que tange à construção do aparelho anímico, trata-se mesmo de inferências, clinicamente correlacionadas, acerca do enraizamento material dos processos psíquicos representacionais. Como demonstramos a superação do paralelismo psicofísico em direção de uma abordagem *materialista não reducionista* dos processos mentais (Cf. Teixeira 2000a) encontra-se latente nas inovações introduzidas pelo conceito de representação. (Cf. Zanetti 2006a). No exame crítico desses trabalhos, verificamos a existência, no interior do próprio desenvolvimento conceitual freudiano, de uma solução *emergentista* para o problema mente-cérebro. Esse seria um horizonte aberto pela própria teoria e compatível com suas metas e pressupostos originais – uma possibilidade.

Freud, de acordo com Lipps, compreende que uma inteligência correta da “origem do psíquico” deve subtrair a propriedade consciência como requisito indispensável, e o inconsciente deve alçar o estatuto de “base universal da vida psíquica”. (Freud 1987b, pp.600). Contudo, é preciso reconhecer que dos processos inconscientes, em si mesmos, nada se sabe até que tenham exercido sobre a consciência um efeito susceptível de comunicação ou de observação. Essa impossibilidade de uma apreensão direta exige que se avance, desde o efeito até a causa psíquica desconhecida, mediante um processo de inferência. Nesse sentido, pondera Freud:

O inconsciente é o psíquico verdadeiramente real, nos é tão desconhecido em sua natureza interna como o real do mundo exterior, e nos é apresentado pelos dados da consciência de maneira tão incompleta quanto o é o mundo externo pelas indicações de nossos órgãos sensoriais. (ib., pp.600, grifo nosso).

Existem outras passagens da obra sobre os sonhos (Freud 1900) que permitem situar minimamente o sentido dessa problemática afirmação acerca do “psíquico verdadeiramente real”. Na análise do “Sonho da injeção de Irmã” o autor faz a seguinte observação: “todo sonho tem pelo menos um lugar no qual é insondável, um

umbigo pelo qual se conecta com o não conhecido.” (*ib.*, pp.132). No capítulo VII seção A, retoma e aprofunda o problema ao criticar os empenhos teóricos que insistem em velar “as condições básicas da formação do sonho e a desviar o interesse de suas raízes pulsionais”, acrescentando que

até mesmo os sonhos melhor interpretados é preciso deixar um lugar em sombras, por que na interpretação se observa que nesse ponto existe uma meada de pensamentos oníricos que não se deixam desenredar (...) *Esse é o umbigo do sonho, o ponto central de onde mergulha no desconhecido.* Os pensamentos oníricos acham-se obrigados a ramificar-se em todas as direções dentro da emaranhada rede de nosso mundo de pensamentos. E *desde um lugar mais espesso desse tecido o desejo onírico se desenvolve* como um cogumelo de seu micélio. (*ib.*, pp.519, grifo nosso).

Assim, numa primeira aproximação, dizer que o inconsciente, centro psíquico do aparelho, é reconhecido como algo verdadeiramente real, significa afirmar que se trata de algo desconhecido para o qual converge toda trama psíquica e que a análise indica ser o ponto de onde o desejo se desenvolve desde suas raízes pulsionais. Embora Freud reconheça a proximidade efetiva de suas idéias com as concepções de Lipps, pretende-se demonstrar que a semelhança não permite inscrever o fundamento real do inconsciente freudiano numa tradição kantiana, postulando-o como “coisa em si” atrás dos fenômenos conscientes.

O exame da formação do conceito de representação de objeto [*Objektvorstellung*] no *Ensaio sobre as afásias* (1891) interdita qualquer interpretação da concepção de real em Freud em termos de “coisa em si”, no sentido kantiano, ou seja, como a existência de algo incognoscível absolutamente extrínseco à experiência sensível. Dentre as razões dessa interdição deve-se considerar, primeiro, que o processo de formação da *Objektvorstellung* é o mesmo que leva à constituição dos primeiros estratos da vida psíquica, num tempo em que o aparelho não está inteiramente constituído. A princípio só haveria representações de objeto e não haveria a divisão inconsciente e pré-consciente. Portanto, essas representações podem ser reconhecidas como núcleo do aparelho psíquico, inapreensível, indestrutível e impossível de inibir (cf. Zanetti 2006a). Trata-se mesmo do umbigo do sonho.

Segundo, como vimos anteriormente, a representação de objeto constitui-se no aparelho de linguagem como uma referência extralingüística. É integrada por uma diversidade indefinida de impressões que a princípio precede a formação de palavras, ou seja, sua emergência, enquanto processo psíquico, é absolutamente independente da constituição dos processos lingüísticos, daí a aproximação estabelecida por Freud entre essa concepção de objeto e o conceito de “coisa”. Segundo sugere Freud, a representação de objeto, por ser um complexo aberto, comporta sempre um resto que se subtrai ao processo de significação por meio da associação com as representações verbais. Esse resto não-verbal e inconsciente, com efeito, é o que se pode designar: o *psíquico verdadeiramente real*. Diferente da idéia de real, enquanto *coisa em si*, cuja existência independe da experiência, o *real freudiano* designa, antes de tudo, algo desconhecido para o qual converge toda trama psíquica e que encontra seu enraizamento material no complexo aberto das representações de objeto, organizado principalmente em torno de seus elementos visuais, referentes às fantasias sexuais infantis e que constituem os primeiros estratos psíquicos do aparelho anímico. (Cf. Zanetti 2006a).

Terceiro, como pudemos demonstrar, para Freud, a existência das coisas, do ponto de vista psicológico, não pode ser provada extrinsecamente em relação às impressões que delas temos (não contém nada mais que isto: sensações complexas).

Desde esse ponto de vista, a *concepção de matéria* mais adequada, e até mesmo pressuposta nos desenvolvimentos freudianos sobre o psíquico real, tem seu ponto de partida na obra de Stuart Mill. Como foi possível verificar, para Mill, em última instância, “existir é excitar”, ou seja, tudo aquilo que se pretende designar por matéria, ou processo material, deve necessariamente “ser capaz de excitar”, mesmo no caso em que a fonte da excitação seja algo negativo (ausente) como uma possibilidade.

Segundo essa concepção, a teoria da representação e da formação das fantasias apresenta todos os requisitos exigidos para que seus processos sejam reconhecidos como processos materiais. Nos trabalhos sobre a memória e as fantasias que antecederam a *Interpretação dos sonhos* (1900), como as cartas a Fliess no período entre 1896 e 1899, “O mecanismo psíquico do esquecimento” (1898) e “Recordações encobridoras” (1899), a *fantasia de desejo* constitui-se, em sonhos e sintomas, como uma encenação psíquica de algo que teve apenas uma *possibilidade de existir*, ou seja, trata-se da constituição de cenas que de fato nunca ocorreram, mas, no entanto, foram e continuam sendo intensamente desejadas (cf. Zanetti 2006a). O trabalho com os sonhos deu provas de que tais desejos insusceptíveis de consciência continuam sendo a única *fonte excitadora* capaz de pôr em movimento o aparelho psíquico e suas representações. É tão somente por se constituir, enquanto “possibilidade permanente de excitação”, que as representações de desejo devem ser consideradas como um processo psíquico material: “São vias facilitadas de uma vez por todas, que nunca caem em desuso e que sempre que uma excitação inconsciente as reinveste estão prontas a conduzir o processo de excitação à descarga”. (Freud 1987b, pp.546).

Freud, após marcar as semelhanças de suas concepções com as de Lipps, dedica-se a pontuar o que torna seu conceito de inconsciente único diante dessa e de outras concepções que lhes são contemporâneas. A demarcação dessa diferença é fundamental para Freud, traz mesmo a marca de sua originalidade. Trata-se mesmo de uma necessidade que se impôs desde o encontro com o texto de Lipps. Em carta a Fliess de 31 de agosto de 1898, por exemplo, diz: “A correspondência entre nossas idéias é estreita também no que concerne aos detalhes; talvez a bifurcação de onde poderão partir minhas próprias idéias novas surja mais adiante.” (Masson 1986, pp.326). Contudo, *a produção desse conceito de inconsciente no interior de um aparelho clinicamente correlacionado* é, segundo Freud, a grande novidade de sua elaboração.

O novo que nos ensina a análise das formações psicopatológicas e do primeiro membro dessa série, o sonho, consiste em que o inconsciente – o psíquico – ocorre como função de dois sistemas separados e isso sucede dentro da vida normal. (Freud 1987b, pp.602, grifo nosso).

O que escapa à psicologia, prossegue Freud, é que o inconsciente, freqüentemente tomado de forma única, existe de dois modos distintos: o primeiro deles é denominado *Inconsciente*, e se caracteriza por ser insusceptível de consciência, e o segundo, é o *Pré-consciente*, que recebe esse nome porque suas excitações podem, sob certas condições, tornarem-se conscientes.

Psychische Realität: Uma Forma Particular de Existência

Freud conclui o último capítulo da obra numa avaliação do valor e das contribuições do estudo dos sonhos em duas vertentes do conhecimento: a teórica e a prática. Seu *valor teórico*, pondera o autor, estaria nas contribuições que o estudo pode dar ao conhecimento psicológico e para a compreensão preliminar na abordagem dos problemas postos pelas neuroses: é a via régia para o inconsciente. Os sonhos

fornece mesmo *as provas* de que o reprimido persiste e continua sendo capaz de operações psíquicas também no estado de saúde normal. Por outro lado, a compreensão de que os sonhos permitem alçar sobre a estrutura e funções do aparelho psíquico é, para Freud, uma *condição necessária* para que se possa exercer uma influência terapêutica favorável sobre as psiconeuroses.

Como bem observou Cottet (1999, p.93), a dinâmica da cura em Freud tem por modelo a teoria da formação do aparelho psíquico, ou seja, a análise é homogênea à reconstrução dos momentos constitutivos do aparelho, devendo o analista buscar, no seu funcionamento, a lei de sua ação. Com efeito, a respeito do método catártico, por exemplo, Freud afirma que ele “é mais adequado por que imita fielmente o mecanismo segundo o qual se originam e dissipam as perturbações.” (Freud 1988, pp.62). Portanto, ambos, dinâmica da cura e aparelho psíquico se encontram em constante e recíproca reformulação, conforme a evolução dos problemas que se lhes apresentam.

Quanto ao *valor prático* do estudo, Freud mostra-se bastante cauteloso, com efeito, pois o termo *prático* está sendo tomado numa acepção *moral e ética*. São três as questões postas desde essa perspectiva:

1.º Qual é o valor prático do estudo para o conhecimento da alma e o descobrimento das propriedades ocultas do caráter dos indivíduos?

2.º Acaso os impulsos inconscientes que o sonho manifesta não possuem um valor de reais poderes dentro da vida psíquica?

3.º Deve-se iluminar o significado ético dos desejos sufocados, que, assim como criam os sonhos, podem engendrar amanhã outra coisa (como uma ação, por exemplo)? (Freud 1987b, pp.607).

No capítulo referente ao exame da literatura Freud, já havia dedicado uma seção (F) às diferentes opiniões sobre a questão da presença ou inexistência dos sentimentos morais nas formações oníricas, bem como sobre a responsabilidade ou irresponsabilidade do sujeito para com seus sonhos imorais e a relação desses impulsos com a vida da vigília. Contudo, mesmo afirmando que esse problema prático não foi desenvolvido pelo estudo, julga necessário deixar claro sua posição, e para isso retorna ao comentário de Scholtz respeito de uma passagem histórica sobre o “sonho de um cidadão romano”. Segundo Scholtz:

O imperador romano que mandou executar um de seus súditos por que esse havia sonhado que cortava a cabeça do governante não estava equivocado quando justificou seu ato dizendo que, aquele que assim sonha, também deve alimentar idéias parecidas quando desperto. (*Apud* Freud 1987b, pp.90).

O imperador romano justificou a execução de seu súdito por entender que não há diferença entre os pensamentos dos sonhos e aqueles que ocorrem durante a vigília, ambos se constituem como processos conscientes e se realizam na cena da ação da vigília, portanto, partilham da mesma realidade. Dessa forma, não haveria necessidade alguma do trabalho de interpretação, pois, esse entendimento abole, entre outros fundamentos, a distinção, cara para Freud, entre conteúdo manifesto e conteúdo latente assim como todo trabalho e trâmite psíquico inconsciente que isso implica.

Opino, simplesmente, pondera Freud, que o imperador romano *equivocou-se* quando mandou executar seu súdito. O equívoco deve-se a duas razões: 1.º o imperador deveria, antes de tudo, ter se preocupado em interrogar o significado do sonho; muito provavelmente não seria aquele que parecia ser. 2.º mesmo que a

interpretação de um sonho revelasse esse significado de *lese majesté*, não deveríamos, pergunta-se Freud, aceitar o juízo de Platão de que *o virtuoso se contenta em sonhar o que o perverso realmente executa?* Diante da polêmica ética e moral, Freud posiciona-se ao lado de Platão, asseverando que: “o melhor é deixar em liberdade os sonhos”. (Freud 1987b, pp.607). As razões são claras quando se considera que, durante o estado de sono, a atividade da censura relaxa, no entanto, simultaneamente, fecham-se também as portas do movimento. Assim, quaisquer que sejam os impulsos inconscientes encenados, eles permanecem inofensivos porque “não são capazes de pôr em movimento o aparelho motor, o único que pode atuar sobre o mundo externo, transformando-o. O estado de dormir garante a segurança da cidadela.” (*ib.*, pp.559). Freud também afirma que esse discernimento deve favorecer os indivíduos a tomarem para si a *responsabilidade* pelo caráter imoral de seus sonhos. Pois, as características chocantes da vida onírica e da vida de fantasia, como os desejos de morte ou os demais desejos imorais e ambiciosos, o mais das vezes, dissipam-se pela apreciação de sua origem, bem como do conflito constitutivo e operante no funcionamento do aparelho.

É no contexto dessas questões acerca da “responsabilidade sobre os desejos encenados” e o valor dos sonhos para “o julgamento do caráter” que se encontra a célebre e problemática passagem que introduz, no projeto clínico-conceitual freudiano, uma nova ordem de realidade: a *realidade psíquica*. Essa introdução faz-se em dois tempos, o primeiro é marcado pela questão prática que lhe antecedeu, qual seja: os desejos inconscientes, assim como criam os sonhos, podem engendrar amanhã outra coisa, como a ação temida pelo imperador romano, por exemplo? Uma questão altamente complexa do ponto de vista do *conflito* constitutivo das operações desiderativas no aparelho, daí a cautela de Freud: “Eu não sei se aos desejos inconscientes se deve reconhecer-lhes realidade; a todos os pensamentos intermediários e de transição, desde já, ela deve ser negada.” (*ib.*, pp.607).

O contexto indica que o termo “realidade” está sendo utilizado, nessa frase, como uma referência à *realidade prática* tal qual ela *se constitui* para *cena de ação da vida diurna* dominada pela *censura* e pelo *juízo*. É o que justifica a dúvida que aí se instala: Eu não sei se aos desejos inconscientes oníricos, tal qual se nos apresentam mediante o trabalho de interpretação, se deve reconhecer-lhes a mesma realidade que vigora para os processos psíquicos da vigília, ou seja, a possibilidade de existirem *publicamente diante dos julgamentos morais*, enquanto processos susceptíveis de representação verbal, atenção consciente e ação motora voluntária. Deve-se considerar que, na cena do sonho, o trabalho onírico opera justamente uma subversão dos valores, produzindo uma cena que visa a uma *unidade de ação isenta de censura*.

Porém, no que se refere aos pensamentos oníricos intermediários e de transição – em que se pode reconhecer a dimensão psicológica dos eventos psíquicos – não há dúvida: a todos eles a realidade deve ser negada. Com efeito, pois o trabalho do sonho despoja-os de sua realidade e os introduz em outras relações; utiliza-os como material apto a representar e a encobrir o desejo inconsciente diante da censura. A importância dos pensamentos intermediários é justamente ser um componente absolutamente necessário para que os desejos infantis possam obter uma satisfação substitutiva, bem como exercer seus efeitos, ligando-se aos pensamentos da vigília e transferindo a eles sua carga de excitação. (Rudge 2003, pp.18).

Na seqüência, a questão é colocada em uma perspectiva epistemológica, logo a conclusão extraída deve ser lida como uma resposta a um problema clínico e

conceitual cuja resolução foi precedida por uma longa etapa de elaboração, desde os trabalhos com a histeria, o hipnotismo e a linguagem (1888-1891), o *Projeto de uma Psicologia* (1895), o colapso da teoria da sedução (1897) até a *Interpretação dos Sonhos* (1900). Trata-se de uma decisão teórica: se não se pode reconhecer aos desejos inconscientes, a mesma realidade que vigora para ação subjetiva dos processos da vigília, os resultados efetivos do trabalho clínico com os sonhos e sintomas conduzem ao reconhecimento de um domínio de realidade próprio ao inconsciente. Portanto:

Se estivermos frente aos desejos inconscientes em sua expressão última e mais verdadeira, é preciso concluir que a realidade *psíquica* [*Psychische Realität*] é uma forma particular de existência que não deve ser confundida com a realidade *material*. (Freud 1987b, pp.607, grifo do autor).

A *Interpretação dos Sonhos* demonstra, de modo inequívoco, que o desejo inconsciente em sua expressão última e mais verdadeira é o infantil: a criança que segue vivendo com seus impulsos e traços de caráter (cf. Zanetti 2006a). A constatação contínua dessa afirmação, tanto em termos clínicos e terapêuticos quanto como exigência lógica, é que leva a concluir a favor do reconhecimento de uma *Psychische Realität*. Mas o que justifica o estatuto de realidade, e no que consiste esta forma particular de existência que *não deve ser confundida com realidade material da cena de ação consciente*? Primeiramente, é preciso considerar que, desde quando o inconsciente passou a assumir um lugar conceitual mais ou menos definido na determinação dos processos psíquicos, houve uma necessidade crescente de lhe reconhecer um estatuto de realidade, pois, na ausência de um estatuto próprio, seus processos sempre foram tratados com instrumentos advindos de um outro domínio, a realidade da cena consciente, como os *signos de realidade* para a percepção e os *signos de descarga lingüística* para o pensamento (cf. Zanetti 2005, 2006a,b).

Foi somente com a investigação que revelou a importância das fantasias, na formação dos sintomas, e no limite para a própria constituição do inconsciente, que se abriu caminho para um novo campo de pesquisa: um domínio do real, *psíquico*, e extrínseco ao campo *subjetivo*. Esse novo domínio, para ser circunscrito, exigiu a criação de instrumentos teóricos e metodológicos diferentes dos utilizados para a cena consciente, e os mais importantes deles foram, sem dúvida, a associação livre e a representação tópica. Dayan (1985, pp.332) tece um comentário a respeito que sintetiza com clareza a circunscrição conceitual em questão:

o infantil o qual Freud atribui o essencial do inconsciente [...] é uma determinação tópica do recalçado [...] como conseqüência de uma separação primeira (não traduzível) [carta 52]. É essa aptidão a um isolamento tópico é o essencial, e aparece como a condição de possibilidade do recalçamento sob a égide do princípio do prazer, porque essa separação torna-se, ela mesma, realidade psíquica.

O que essa observação traz de essencialmente novo é a conseqüência plenamente sustentável que ela extrai da determinação tópica do recalçado: *essa separação torna-se, ela mesma, realidade psíquica*. Os trabalhos dedicados às fantasias, bem como a própria investigação dos sonhos, demonstraram e estabeleceram que os intensos desejos provenientes do núcleo infantil, centro psíquico do aparelho anímico, exibem, devido a seu isolamento tópico, uma *forma particular de existência*: os desejos inconscientes, de acordo com a natureza do material eminentemente visual que os constitui, organizam-se como encenações psíquicas em torno de algo que teve apenas uma *possibilidade de existir*, que – de fato – nunca ocorreu, mas, no entanto, foi e continua sendo intensamente desejado.

Por outro lado, tais cenas representam os *restos ativos* de uma *simbolização primária*, não-verbal, referente às vivências sexuais próprias do infantil (a sedução é um exemplo): são cenas primárias, ou, se nos permitem o anacronismo, fantasias originárias. *A realidade psíquica – que resulta desse trabalho primário de simbolização – se constitui então como forma particular de existência disso que se caracteriza como o psíquico verdadeiramente real: o ponto insondável e traumático de onde as representações do infantil se formam desde suas raízes pulsionais.*

As características que justificam um estatuto de realidade e uma forma particular de existência às fantasias inconscientes, que não devem ser confundidas com a cena do sonho manifesto e os devaneios pré-conscientes, são:

1º. A constatação de que o desejo enquanto inconsciente permanece *inalterado* e *eficaz* face às transformações da realidade subjetiva. As fantasias que o encenam destacam-se como realidade por sua perdurabilidade, sua fixidez, em outros termos, seu caráter determinante e impossível de mudar em razão da “lacuna na eficácia funcional” que divide o aparelho em dois sistemas em permanente conflito. (Cf. Zanetti 2006a). Do ponto de vista metapsicológico, estabilidade e eficácia permanente dessas cenas sustentam-se graças à conservação dos dispositivos psíquicos pelos quais esses processos transcorrem e seguem sendo susceptíveis de uso. Enquanto inconscientes, separadas de todo o resto, tais representações não sofrem a influência primária do tempo sobre seus restos mnêmicos. Tal ação temporal somente se torna uma possibilidade mediante alterações secundárias obtidas por árduo trabalho que implica em submeter o inconsciente, o tanto quanto possível, ao império da palavra, o pré-consciente. É o trabalho da palavra que historiciza tais desejos pré-históricos e os torna susceptíveis de um debilitamento afetivo.

2º. As cenas inconscientes constituem-se como realidade na medida em que veiculam nos sonhos – mediante trabalho de deformação e transferência para experiências atuais – uma *satisfação real e efetiva*, por mais repugnante e indesejável que se apresente às instâncias superiores do aparelho psíquico. Uma satisfação disfarçada e parcial de um desejo reprimido cuja própria natureza pressupõe um vínculo material indissociável entre corpo e representação, entre o desejo e suas raízes pulsionais. Do ponto de vista da experiência, vale lembrar que, segundo Freud, é o afeto que faz do sonho uma vivência real, o que inclui entre outros o afeto de satisfação: no sonho o regozijo é tão real quanto durante a vida diurna. (Freud 1987b, pp.458).

Contudo, deve-se considerar que a sentença que introduz o conceito de *Psychische Realität* não consta na 1ª edição da obra e foi estabelecida, na sua forma final, apenas em 1919. Em sua primeira versão de 1909, o conceito de realidade psíquica se apresenta sem se opor a outra realidade: “a realidade psíquica possui mais de uma forma de existência.” (*ib.*, pp.616). Em 1914, enfatiza a diferença: “a realidade psíquica é uma forma especial de existência que não deve ser confundida com a realidade factual”. Textos contemporâneos, como “Contribuição à história do movimento psicanalítico” (1914), indicam que o uso que Freud faz do termo realidade factual, contrapondo-o à realidade psíquica, também tem uma acepção prática: “Se os histéricos reconduzem seus sintomas a traumas inventados, há aí um fato novo, a saber, que eles criam essas cenas na fantasia, e essa realidade psíquica deve ser apreciada junto à realidade prática.” (Freud 1989d pp.17). Somente em 1919 a palavra factual é substituída por material. Sobre as razões da introdução tardia do conceito de

realidade psíquica, remetemos o leitor aos trabalhos de Coelho Jr. (1994) e Dayan (1984).

Portanto, quanto à *realidade material*, é preciso observar que ela não deve ser confundida com a realidade psíquica em mais de um sentido. Embora, nos limites dessa pesquisa, não seja possível examinar a evolução conceitual por que passa essa outra realidade, após 1900 (Cf. Coelho Jr. 1994 e Dayan 1984), é importante pontuar os contextos que regulam as diferentes *acepções complementares* da palavra *material*. Existem, a princípio, três contextos a serem considerados: o original, 1900, onde o conceito de realidade prática se sustenta plenamente; o segundo, de 1911 a 1917, que acentua a incompatibilidade entre realidade e realização de desejo (Cf. “Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental” [1911] e “Conferências Introdutórias sobre a psicanálise” [1916-1917]); e o terceiro contexto, 1919, onde a palavra material é introduzida, complementando os sentidos anteriores e acentuando-os numa direção já presente nos desenvolvimentos iniciais. Em carta a Fliess, de 1899, por exemplo, a oposição que aqui será retomada, é reconhecida como originária: “Realidade e realização de desejo: desses opostos emerge nossa vida psíquica”. (Freud 1988, pp. 320).

A realidade material “vai sendo constituída por oposição ao que é psíquico” (Coelho Jr. 1991, p. 72), e conforme se apresenta nesta progressão conceitual que culmina no *Mais Além do Princípio do Prazer* (1920) e posteriormente no *Esboço de Psicanálise* (1938), compreende que, no próprio seio da cena de ação da vida diurna e da materialidade dos fatos, existe um resto real designado material, equivalente ao real psíquico, porém, alheio e independente da realidade psíquica do desejo inconsciente. Conforme a conferência sobre a *Weltanschauung* (1932), trata-se daquilo “que existe fora de nós e independente de nós, e, segundo nos ensinou a experiência, é decisivo para a satisfação ou a decepção de nossos desejos.” (Freud 1989c, pp.157).

Essa reformulação dos opostos e de seu modo de relação, incluindo a concepção de *matéria* pressuposta, remete então à diferença entre um domínio de realidade que é configurado pelo desejo, e outro real que lhe é absoluta e dolorosamente indiferente – mas do qual depende. No entanto, é possível verificar algo comum entre esse real material e o real psíquico, ambos, distintos das realidades que os representam, definem-se na vida de relação do aparelho como restos irreduzíveis, resistentes à análise e à subjetivação: um substrato de possibilidades permanentes de excitação, imprevisíveis e por vezes insuportáveis.

Como observou Rudge (2003), a partir do “Além do Princípio do Prazer” (1920) o objetivo da realização de desejo passa a dividir o terreno com a função primordial de obter a ligação psíquica das impressões traumáticas ao longo de um processo de representação. Função essa já estabelecida pela “Interpretação dos sonhos” (1900), em que “o pré-consciente liga a excitação inconsciente do sonho e a torna inócua enquanto perturbação”. (Freud 1987b, pp.570). A partir de 1920, o trabalho de *domínio das excitações* torna-se algo que precede e prepara a instalação do funcionamento psíquico segundo o princípio do prazer. Uma atividade primária, evidenciada pelos sonhos traumáticos, que foi reconhecida como uma condição de possibilidade para que se instalem as condições necessárias para a futura realização de desejo. Nesse contexto traumático, onde a ordem das prioridades é revista:

as surpresas e os acontecimentos imprevisíveis [...] [tomam] a precedência na formação onírica. *O real* assume um papel decisivo na psicanálise, recolocando sem cessar a necessidade da elaboração psíquica. Fazer face ao que de inesperado pode vir da natureza, do próprio corpo, ou de outras pessoas, algumas vezes constituindo um perigo para a

sobrevivência psíquica, é uma tarefa permanente do psiquismo, e o sonho está a serviço desta tarefa. (Rudge 2003, pp.22).

Portanto, o real, nas suas duas dimensões psíquica e material, assume o lugar de *causa*, exigindo do aparelho um trabalho contínuo em prol da sobrevivência psíquica, o que, para Freud, é indissociável da vida sexual e do trabalho da cultura. (Freud 1987b, pp.255).

Conclusão

Os passos inaugurais da clínica freudiana, em torno do diagnóstico e do tratamento da histeria, puseram em questão o *estatuto da representação do corpo* estabelecido pela neurologia que lhe era contemporânea. O ensaio crítico sobre o conceito de representação e o aparelho de linguagem certamente abriu o campo e definiu as bases de uma nova disciplina no campo do saber. Corpo e representação estiveram, a partir de então, desde o ponto de vista psicológico, articulados sob uma mesma base material: as excitações e suas derivações sensoriais e afetivas.

A partir desses desdobramentos inicia-se, no percurso freudiano, uma longa interrogação pelo estatuto do real cujos principais momentos é preciso sintetizar. Primeiro, é importante lembrar que a representação para Freud não se trata de uma cópia ou reprodução de algo, e sim de uma construção psíquica particular guiada por princípios próprios. Essa construção psíquica que põe em relação o aparelho, o mundo e o corpo, faz-se em torno de uma abertura permanente cuja tentativa de significação, mediante as representações de palavra, deixa sempre um resto real impossível de significar. Diante desse panorama, considerando-se a natureza sexual das recordações que interessa a Freud, as fantasias assumem um lugar significativo na determinação dos sintomas e da própria constituição dos primeiros sistemas do aparelho mental. Isso dá impulso às questões a respeito da origem e do modo de produção da cena psíquica inconsciente, e a circunscrição conceitual daquilo que pode ser considerado como a grande contribuição de Freud à psicologia: o infantil – o que da memória do desejo não pode ser recuperado pelo verbal – e que, no entanto, busca realizar-se, conformando o presente a partir do modelo coercitivo construído no passado, a partir de uma matriz infantil de relação às coisas desejadas. (Mezan 1998a, pp.263).

Na medida em que o sonho nos apresenta um desejo como realizado, nos conduz indubitavelmente para o futuro; mas esse futuro que representamos como presente é criado, por um desejo indestrutível, à imagem e semelhança do passado. (Freud 1987b, pp.608).

Portanto, com a realidade psíquica do desejo inconsciente, trata-se de uma hipótese sobre um existente que cumpre a função de completar a explicação psicológica e de justificar a tese de um determinismo estrito para cada ato psíquico, alicerçado na história individual. (Simanke 2003, pp.284). Em outros termos, pode-se dizer que as fantasias de desejo regulam, mesmo inconscientes, todas as expectativas de um sujeito, todas suas convicções vitais e todas suas reações. (Soler 2004, pp.54). Essa é, em linhas gerais, a progressão conceitual que precede e sustenta o reconhecimento teórico da realidade psíquica do desejo infantil, tal qual apresentamos nas últimas seções desse trabalho. Trata-se, enfim, no contexto dessa gênese conceitual, de uma realidade inconsciente necessária e correlata à construção de um aparelho de memória regido por uma teoria materialista da representação.

Referências Bibliográficas

- ARAUJO, Saulo de F (2003). “O Conceito Freudiano de Representação no Texto “Zur Auffassung der Aphasien” (1891)”. In: *Revista Olhar* 5 (8) Jan-Jun: pp. 104-112.
- BIRMAN, Joel (1993). “A Linguagem na Constituição da Psicanálise – Uma Leitura do Ensaio Contribuição à Concepção das Afásias, de S. Freud.” In: *Ensaio de Teoria Psicanalítica, 1ª parte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- COELHO JR, Nelson (1994). *A Força da Realidade na Clínica Freudiana*. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- COTTET, Serge (1999). *Freud e o Desejo do Psicanalista*. Rio de Janeiro: Jorge Jahar.
- DAYAN, Maurice (1985). *Inconscient et Réalité*. Paris: PUF.
- FREUD, Sigmund (1887-1904). “Fragmentos de la Correspondencia con Fliess.” In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Buenos Aires: Ed. Amorrortu, 1988, v.1, pp. 213-322.
- _____ (1891). *La Afasia*. Buenos Aires: Ed. Nueva Vision, 1973.
- _____ (1891). *Zur Auffassung der Aphasien: Eine kritische Studie*. Frankfurt: Fischer, 1992.
- _____ (1900). “La Interpretación de los Sueños.” In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Buenos Aires: Ed. Amorrortu, 1987. v.4,5, pp.03-608.
- _____ (1989). *Die Traumdeutung*. Studienausgabe, Band II. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, pp.13-504.
- _____ (1914). “Contribución a la Historia del Movimiento Psicanalítico”. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Buenos Aires: Ed. Amorrortu, 1989. v.14, pp.03-64.
- _____ (1920). “Más Allá del Principio de Placer”. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Buenos Aires: Ed. Amorrortu, 1989. v.18, pp. 03-62.
- _____ (1932). “35ª conferencia. En Torno de Una Cosmovisión [Weltanschauung]”. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Buenos Aires: Ed. Amorrortu, 1989. v.22, pp.146-168.
- GABBI JR., Osmyr F. (2003). *Notas a Projeto de uma Psicologia: As Origens Utilitaristas da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- HONDA, Hélio (2002). *Raízes Britânicas da Psicanálise: As Apropriações de Stuart Mill e Hughlings Jackson por Freud*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- IBERTIS, Carlota (2005) . “Representação e Traço Mnêmico no Texto Freudiano sobre as Afásias”. *Revista de Filosofia* 17 (20) jan./jun: pp. 11-23.
- JACKSON, J. Hughlings (1878). “On Some Implications of Dissolution of the Nervous System.” In: TAYLOR, James (org.). *Selected Writings of John Hughlings Jackson*. London: Staple Press, 1958. v.2. pp. 29-44.
- MASSON, Jeffrey M. (1986). *A Correspondência Completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess – 1887-1904*. Rio de Janeiro: Imago.
- MEZAN, Renato (1998). “A Transferência em Freud: Apontamentos para um Debate”. In: _____. *Tempo de Muda: Ensaio de Psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 251-271.

- MILL, John S. (1984a). *Sistema de Lógica Dedutiva e Indutiva: Exposição dos Princípios da Prova e dos Métodos de Investigação Científica*. São Paulo: Abril Cultural.
- _____ (1984b). *Um Exame da Filosofia de Sir William Hamilton*. São Paulo: Abril Cultural.
- NAGEL, Ernest (1978). “La Doctrina de la Emergencia”. In: _____. *La Estructura de la Ciencia. Problemas de la Lógica de la Investigación Científica*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1978.
- NASSIF, Jacques (1977). *Freud L’Inconscient: Sur les Commencements de la Psychanalyse*. Paris: Editions Galilée.
- RIZZUTO, Ana M. (1993). “Freud’s Speech Apparatus and Espontaneous Speech”. *International Journal of Psycho-Analysis* 74: pp.113-127.
- RUDGE, Ana M. (2003). “O Trabalho do Sonho”. In: FILHO, R. A. P. et al (Org.). *Novas Contribuições Metapsicológicas à Clínica Psicanalítica*. Taubaté: Cabral Editora Universitária, 2003. pp.17-28.
- SIMANKE, Richard T. (1994) “Clínica e Metapsicologia de Freud a Lacan”. *Temas em Psicologia* 2: pp. 1-12.
- _____. (2003). “A Letra e o Sentido do “Retorno a Freud” de Lacan: A Teoria como Metáfora”. In: SAFATLE, V. (Org.) *Um Limite Tenso: Lacan entre a Filosofia e a Psicanálise*. São Paulo: Editora UNESP, pp.277-303.
- _____. (2004a) “O Cérebro e a Representação: Elementos Para Uma Metapsicologia Da Representação em Sobre A Concepção Das Afasias (1891) de Freud”. Mimeografado.
- _____. (2004b) “Memória, Afeto e Representação: O Lugar do 'Projeto no Desenvolvimento Inicial da Metapsicologia Freudiana”. *Acheronta Revista de Psicoanálisis y Cultura* 20. Disponível em: <http://www.acheronta.org>. Acesso em 07/03/2005.
- SOLER, Colette (2004). “Trauma e Fantasia”. *Stylus: Revista de Psicanálise* 9: pp.45-59.
- TEIXEIRA, João F. (2000a). “Materialismo e Teorias da Identidade”. In: _____. *Mente, Cérebro e Cognição*. Petrópolis: Vozes, pp. 66-88.
- _____. (2000b) “Funcionalismo e Mentes Artificiais”. In: _____. *Mente, Cérebro e Cognição*. Petrópolis: Vozes, pp.123-152.
- TORT, Michel (1966) “A Propos du Concept Freudian de “Representant” (Repräsentanz). In: *Les Cahiers pour L’analyse* 5: pp. 37-63.
- WIDLÖCHER, Daniel (1989). “O Paralelismo Impossível”. In: FÉDIDA, Pierre (Org.) In: *Comunicação e Representação: Novas Semiologias em Psicopatologia*. São Paulo: Escuta, pp.231-260.
- ZANETTI, Clóvis E. (2005). “A Introdução da Fantasia na Metapsicologia Freudiana: A Realização Alucinatoria de Desejo e o Signo de Realidade”. In: *Revista de Filosofia* 17 (20): pp. 25-43. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/RF/view/? dd1=68>. Acesso em 20/06/2007.
- _____. (2006a). “Corpo, Representação e o Domínio do Real: A Constituição do Conceito de Realidade Psíquica em Freud”. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Programa de Pós-Graduação em Filosofia – UFSCar. In: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações UFSCar - <http://bdtd.ibict.br/bdtd/> . Acesso em 12/02/2007.

_____. (2006b) O Sentido da Crença na Teoria Freudiana do Juízo e as Origens do Aparelho Psíquico. In: *Natureza Humana* 8 (2).

Notas

¹ O presente artigo é parte dos resultados obtidos pela pesquisa de mestrado realizada junto ao Programa de Pós-graduação em Filosofia da UFSCar, orientada pelo Prof. Dr. Richard Theisen Simanke, na área de Epistemologia da Psicologia e da Psicanálise e Filosofia da Mente.

² Para uma exposição completa dos argumentos a favor dessa leitura ver: Simanke (2004a), Jackson (1958), Teixeira (2000a) e Zanetti (2006a); a respeito das idéias de Stuart Mill sobre a química mental enquanto fonte clássica da doutrina da emergência, ver Nagel (1978).

Artigo recebido em 14/03/2007 e aprovado em 04/06/2007.